



A VIOLÊNCIA INVISÍVEL NA INTERNET: O QUE ESCAPA AO RADAR DO JORNALISMO TRADICIONAL

Daniela Osvald Ramos¹

Filipe Vilicic²

RESUMO: A partir da identificação de Abdin (2021) dos elementos que compõem a internet tida como situada “abaixo do radar” e das distinções entre redes invisível e visível de Bergman (2001), procura-se caracterizar e problematizar a atuação de jornalistas brasileiros em espaços obscuros do online. Como evidências, selecionamos reportagens publicadas entre 2016 e 2019, principalmente na revista e no site da Veja. A partir de pressupostos, observamos preocupantes limites técnicos e metodológicos que comprometem as operações do jornalismo. Para vencer essas barreiras, cujos efeitos são limitantes para o papel noticioso e informativo da profissão, propõe-se o prolongamento das pesquisas com revisões de métodos e aplicação de formas alternativas de apuração.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo brasileiro. Comunicação digital. Violência online. Internet profunda. Redes sociais.*

ABSTRACT: Based on Abdin's (2021) identification of the elements that make up the internet considered to be situated "below the radar" and Bergman's (2001) distinctions between invisible and visible networks, we seek to characterize and problematize the performance of Brazilian journalists in "dark online spaces". As evidence, we selected reports published between 2016 and 2019, mainly in Veja's magazine and website. From assumptions, we observe technical and methodological limits that compromise the operations of journalism. To overcome these barriers, whose effects are limiting for the news and informational role of the profession, it is proposed to extend the research with method reviews and the application of alternative forms of verifications.

KEYWORDS: *Brazilian journalism. Digital communication. Online violence. Deep Web. Social media.*

¹ Professora do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no curso de Educomunicação e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM). Pesquisadora no Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) e nos grupos COM+ (Comunicação Digital) e Semiótica da Comunicação. E-mail: dosvald@gmail.com

² Mestrando em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo (USP). Jornalista atuante desde 2005, em revistas, jornais, sites, dentre outros, no Brasil e, em traduções para o espanhol, em outros países da América Latina. Membro dos grupos de pesquisa COM+ e Obcom. E-mail: filipe.vilicic@gmail.com

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 14 - Volume 02 - Edição 28 - Julho-Dezembro de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

Introdução

Há camadas de visibilidade na internet e nas mídias sociais? Ou seja, há conteúdos mais acessíveis ao público (como posts no Instagram) do que outros (como fóruns abrigados em locais obscuros da internet)? Se sim, e é deste pressuposto que partimos, como veremos adiante, nos perguntamos: até onde vai o alcance do jornalismo nas investigações em ambiências online, levando em conta os diferentes níveis de profundidade do oceano digital? Pelo estudo exploratório (YIN, 2001) de casos selecionados do noticiário brasileiro recente (com publicações datadas entre os anos de 2016 e 2019), aventamos respostas, com particular atenção ao último questionamento.

Observa-se com frequência a comunicação digital por perspectiva dicotômica. Ou se tem o fenômeno como reflexo de uma sociedade cada vez mais transparente (HAN, 2017), ou como uma caixa-preta (FLUSSER, 2011). Para Han, o “*pathos da transparência*” domina (2017, p. 15). Da Empoli, por outro lado, aponta o cenário como uma “*espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática*”. Em sua visão, por trás de uma enganosa sensação de transparência há uma “*cadeia global de pessoas capazes de conduzir operações de desinformação*” (DA EMPOLI, 2019, loc. 387).

Deixa-se em aberto, entretanto, para indagações de cunho epistemológico. Existe mesmo dicotomia entre ver as redes ou como transparentes, ou como enigmas? Ou então se pode identificar uma linha divisória entre o que há de transparente e o que há de obscuro, somando as perspectivas?

Este artigo parte de localizar essa linha divisória. Observamos a separação do que costuma ser chamado de rede visível, da rede invisível (o conteúdo abaixo da linha). Para se definir os termos, parte-se dos significados cunhados por Bergman, que vê a internet superficial como aquela composta por dados indexados às ferramentas de buscas tradicionais, como a do Google; enquanto a internet invisível seria aquela que não aparece em buscadores convencionais (BERGMAN, 2001).

Procuramos localizar situações nas quais jornalistas noticiaram eventos ocorridos primariamente na internet invisível. Tem-se como objeto de estudo a

perspectiva relacional entre comunicadores e as fontes de informação. Procura-se situar como repórteres tiveram contato com esse conteúdo dito “invisível”, levantando questões como quais aparelhos foram utilizados para o acesso, ou se este acesso foi realizado de forma direta ou indireta.

Antecipa-se que as reflexões indicam que o que ocorre na internet invisível acaba sendo noticiado e, logo, tornado de conhecimento público, apenas depois de romper as fronteiras da rede invisível. Nota-se, na observação empírica e na prática do jornalismo, carência de conhecimento e ferramentas para apurar em primeira mão – no jargão, “direto da fonte” – as informações que circulam no submundo da internet.

Pode-se ver a internet como um oceano dividido ao meio. Na parte superficial, fica a rede visível, a indexada, na qual a grande maioria, no mínimo 85% dos conectados, navega. Nas profundidades, situa-se a invisível, estimada em até 550 vezes o tamanho (em dados armazenados) e acessada por uma minoria dotada das técnicas necessárias, como habilidade para usar o navegador Tor (BERGMAN, 2001).

Por onde tem navegado o jornalismo da grande mídia brasileira? Nossa análise indica que há carências de técnicas para repórteres saírem da superficialidade. É como se fossem mergulhadores que só observam o que acontece na parte mais superficial. No cenário brasileiro, não se vê uso frequente de ferramentas apropriadas – na metáfora, submarinos e similares – para apurar diretamente na rede invisível.

Como evidências circunstanciais, apoiamo-nos em análises de casos de violência no Brasil que só ganharam as manchetes quando saíram da fronteira do que está abaixo do radar (ABDIN, 2021) e chegaram ao acima do radar, por vezes com consequências dramáticas. Partimos de estudo reflexivo em torno de reportagens publicadas entre 2016 e 2019 na revista e no site de Veja – durante esse período, a revista de maior circulação no país –, além de comparações com notícias de mesmo teor, publicadas em outros veículos, como The Intercept Brasil.

Por vezes assumimos a condição de observadores diretos, pela experiência de um dos autores como repórter e editor da Veja, entre 2010 e 2019. Apoiamo-nos na *práxis* adquirida para caracterizar o usual modo de apuração no que se tem como no

“abaixo do radar” da internet e, assim, apontar pensamentos acerca de carências de métodos e ferramentas. Concluimos com sugestões de prolongamento do estudo e com reflexões em torno das limitações impostas às percepções da mídia e do público.

O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Define-se rede como “uma matriz tecnológica capaz de aumentar esteticamente o espaço-tempo físico” (SODRÉ, 2021, loc. 109). Não se vê impedimento em observar as redes como transparentes, pela exposição das informações contidas no espaço-tempo expandido, ou como caixas-pretas, pela complexidade dos algoritmos e a dificuldade de se compreender todas as intenções por trás da abstração que concebe o pensamento acerca do relacionamento entre nós, as pessoas, e as máquinas. Em outras palavras, pode-se tanto ver a *web* (no sentido da palavra em inglês: a rede mundial, a internet) e as *networks* (as redes, como as plataformas sociais) pela ótica de como deixam mais transparente informações múltiplas, quanto pela obscuridade do processo de bastidores.

A dicotomia notável é a mesma que caracteriza perspectivas sobre algoritmos e inteligências artificiais (IAs):

Duas tendências separadas na pesquisa sobre algoritmos: a primeira abstrai e une desenvolvimentos heterogêneos sob o mesmo termo "algoritmo"; a segunda enfatiza especificidades como bancos de dados, condições materiais, bibliotecas de softwares, interfaces (MATZNER, 2022, p. 01).³

O pensamento abstrato leva, por exemplo, ao uso da analogia para tratar as IAs e os algoritmos como caixas-pretas. No oposto, a dissolução nas condições materiais procuram evidenciar a transparência. Todavia, Matzner aponta falha em contrapor as abordagens:

(...) não jogar as perspectivas da engenharia ou da programação contra as perspectivas das ciências sociais ou dos estudos culturais. Não

³ Tradução livre do original em inglês: "Two opposing tendencies in the research on algorithms: the first abstracts and unites heterogeneous developments under the term 'algorithm'; the second emphasizes specifics such as data sets, material conditions, software libraries, interfaces".

deveria ser um jogo de o que acontece na "caixa-preta" contra a perspectiva do usuário. Em vez disso, significa ter todas essas perspectivas seriamente em conta como forma de jogar luz em aspectos particulares que não poderiam ser apreendidos por uma única perspectiva solitária (MATZNER, 2022, p.14).⁴

Quando se compreende inteligência artificial, internet, redes e algoritmos como elementos intrínsecos uns aos outros, entende-se a sugestão de abordagem. Propõe-se aqui também observar as camadas do “visível” e do “invisível” da internet pela abstração e pela dissolução, adotando a perspectiva relacional. O nível do visível é aquele que contém as informações virtuais com as quais a maioria interage, assim como é composto por servidores e códigos abertos de Big Techs. A abstração indica que, no invisível, reside o sigiloso, o de domínio do Estado, o criminoso, máquinas políticas que orquestram disseminação de discurso de ódio e de notícias falsas (no termo em inglês que se popularizou, as *fake news*), engenheiros do caos que manipulam enxames virtuais (DA EMPOLI, 2019; AUTOR, 2022; HAN, 2018). Mas a internet profunda (em inglês, *deep web*) também pode ser diluída em componentes concretos, por depender tecnicamente de navegadores não ligados a Big Techs, bancos de informações, códigos e algoritmos próprios (BERGMAN, 2001).

Procuramos caracterizar como o jornalismo se relaciona com essa rede invisível. Em específico, no cenário do jornalismo brasileiro. Pelo sentido epistemológico apresentado no próximo tópico, iremos nomear essa atuação (carente ou não em intensidade) como de uma apuração “abaixo do radar”. Ou seja, quando o repórter tem contato com casos noticiosos cuja origem se deu nas profundidades do mundo online.

O ABAIXO DO RADAR

Abdin dá sentido mais amplo ao que é invisível e visível na internet ao utilizar as expressões “abaixo do radar” e “acima do radar”. Em vez de se considerar apenas o

⁴ Tradução livre do original em inglês: "(...) not play off the perspectives from engineering or programming against perspectives from social sciences or cultural studies. It should not play off what happens “in the black box” against users' perspectives. Rather, it means to take all these perspectives in their relatedness seriously as bringing to light a particular aspect that cannot be grasped by one perspective alone".

aspecto da indexação, acrescentam-se e tipificam-se situações de cunho relacional (na relação máquina-homem). Exemplos são as táticas coordenadas por grupos para aumentar a atenção a temas e hashtags nas redes sociais, assim como estratégias ligadas à disseminação de desinformação (ABDIN, 2021). A autora nomeia termos que podem ser identificados também na atuação de marqueteiros políticos, como os ligados às campanhas eleitoreiras de Jair Bolsonaro (DA EMPOLI, 2019).

Em *lato sensu*, em todas as situações apontadas ao menos parte – quando não a totalidade – dos dados utilizados na atividade “abaixo do radar” não são indexados. Ao se fazer uma busca no Google, não se acharão os bancos de dados, como os de perfis falsos automatizados em redes sociais, assim como não se terá contato com os softwares (algoritmos; códigos) (EMPOLI, 2018; HAN, 2018). Para descobrir essas informações é preciso usar ferramentas usualmente não acessíveis a todo o público.

Procuramos aqui situar a atuação do jornalismo quando há a proposta de apuração ligada a histórias de cunho potencialmente noticioso que tiveram início no “abaixo do radar”. Para facilitar, resumimos essa atuação como de “jornalismo abaixo do radar” – assim como há o “jornalismo acima do radar”. Delimitado o significado dos termos, os mesmos não mais serão apresentados entre aspas.

Na distinção de Abdin (2021, pp. 2-3), há notáveis diferenças na dinâmica do abaixo do radar, em comparação com a da internet regular. No que também chamamos de rede visível, navega o “público conectado”, cujas características acentuadas são: permanência (pois as expressões online são automaticamente gravadas); *searchability*, algo como *buscabilidade* (os dados são indexados em buscadores); replicabilidade (o conteúdo pode ser duplicado); e ser escalável (portanto, com potencial de viralizar). A dinâmica de comunicação dessa audiência é marcada por: incerteza de quem é o público; contextos sociais colapsados; limite ofuscado entre o público e o privado.

Já no abaixo do radar, está o “público refratado”, no qual se vê: transitoriedade; *discoverability* (algo como *descobertabilidade*; pois o conteúdo é desconhecido da audiência ampla); *decodability* (em uma tradução livre, poderia ser *decodificabilidade*; o que está ligado à dificuldade de copiar e replicar); *silosociality* (ou *silosociabilidade*;

por imperar a lógica de silos sociais). As relações entre esse público segue dinâmica: de impacto (não-transparente, a relação máquina-humano visa construir um conteúdo focado em um nicho); bélica (com rompimento e reapropriação de contextos sociais); ressignifica o público e privado (como categorias instáveis) (ABDIN, 2021, pp. 2-3).

Há equivalência entre o público refratado e a atuação das principais figuras envolvidas nas notícias destacadas nos estudos de caso a serem analisados. Veremos como está aí também um sinal de identificação de quando nos referimos ao jornalismo no abaixo do radar. No centro de nossa reflexão, afinal, está a busca por compreender se veículos tradicionais de imprensa têm investigado e divulgado informações desses ambientes online que temos como do abaixo do radar, ou seja, que escapam à audiência mediana. Os repórteres navegam com frequência pelas águas da internet profunda?

A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

A seleção das notícias que motivaram os estudos de casos serve ao processo de redução do objeto de análise a evidências verificáveis. Já antecipamos uma série de equivalências contextuais, como todos estarem ligados ao que chamamos de jornalismo abaixo do radar. Acrescentamos, neste tópico, outra camada de similaridade: as notícias informam sobre atos de violência que tiveram origem e desenvolvimento no abaixo do radar da internet e, em alguns casos, extrapolaram as fronteiras do online.

Portanto, ressalta-se a importância de entendimento do que se tem aqui por violência. Galtung (1969; 1990) partiu da premissa que não há uma única definição para a violência, mas sim dimensões a partir das quais é possível abordar e analisar ações e atos violentos. Ainda, a violência é um conceito dinâmico, pois novos tipos podem emergir de acordo com o desenvolvimento (ou a regressão) da civilização. Por exemplo, morrer de Covid19 depois de existir a vacina contra o vírus pode ser entendido como um novo tipo de violência, pois há maneiras de tentar evitar essa morte. Compreende-se que as agressões podem ser tanto diretas, quanto estruturais e culturais. A violência digital, exacerbada ou não para a agressão física, é também violência, pois afeta a camada subjetiva do indivíduo, e passa a ser também uma violência cultural, que

abrange aspectos como “(...) religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) - que pode ser usado para justificar ou legitimar violência estrutural”, nas palavras de Galtung (1990, p. 291). Violência estrutural é aquela já enraizada em determinada sociedade, como a desigualdade social, o machismo e a misoginia, o autoritarismo e a censura, e que pode chegar a violência direta (interpessoal, de indivíduo para indivíduo ou grupos contra grupos; ou, ainda, indivíduo contra grupos e vice-versa). Quando uma determinada sociedade não reconhece a violência digital como errada, temos aqui um caso de violência cultural implantada.

O JORNALISMO ABAIXO DO RADAR

Notamos, nos casos analisados, que as notícias estão situadas em cenários que temos como no abaixo do radar, ou seja, em contexto de informações que costumeiramente não são detectadas pelo radar de mídias regulares. Cada estudo de caso começa com uma contextualização, na qual se procura caracterizar o fato. Analisam-se como fatores: a localização na rede invisível; a identificação do público refratado; o elemento da violência; o papel das ferramentas tecnológicas; a forma do contato que jornalistas tiveram com os fatos informados⁵. Segue-se ainda com uma breve interpretação.

CASO 1: Criminosos em plataformas como WhatsApp e Facebook (2016)

1a.: Contexto

A reportagem publicada por Veja em maio de 2016 mostra como criminosos, inclusive ligados ao crime organizado, haviam começado a usar ferramentas digitais, a exemplo do WhatsApp e do Facebook, para atividades como logística do tráfico de itens ilícitos (armas, drogas, animais silvestres) e em negociações de encomendas de

⁵ Destaca-se, neste tópico, que um dos autores esteve a par dos bastidores de apuração das reportagens citadas por ter atuado como repórter e editor na Veja entre os anos de 2010 e 2019. No contexto deste artigo, tem-se essas informações privilegiadas como elementos diferenciais e vantajosos para a reflexão proposta. Por exemplo, pode-se, assim, saber de maiores detalhes dos limites técnicos e metodológicos encontrados pelos jornalistas envolvidos no decorrer do trabalho das reportagens.

assassinatos. A pauta teve como gancho – recorrendo ao jargão jornalístico – o lançamento de um novo mecanismo de segurança do WhatsApp (THOMAS, 2016).

Evidências, como arquivos de áudio do WhatsApp, comprovaram o uso do aplicativo por criminosos (AUTOR, 2016). Vale ressaltar, contudo, que consideramos, pelos panoramas expostos, indevida a diferenciação que a reportagem faz entre internet profunda (a *deep web*) e as mensagens cifradas trocadas entre usuários do WhatsApp (THOMAS, 2016). Na prática, ambos se tratam de arquivos não-indexados, de público refratado e, portanto, estão na profundidade do oceano da internet (BERGMAN, 2001).

1b.: Interpretação

Os criminosos procuram operar abaixo do radar. Sendo assim, os sujeitos envolvidos na notícia apresentam, como era de se esperar, características próprias do público refratado. Vê-se um conteúdo difícil de ser descoberto; preza-se pela transitoriedade e pela *decodificabilidade*; e as mensagens são destinadas a silos. Os grupos privados de WhatsApp e Facebook, afinal, são voltados às trocas de mensagens criptografadas, tecnicamente inacessíveis até mesmo às autoridades (THOMAS, 2016).

Existe evidente caracterização de violência. Nota-se não só um contexto estrutural, mas indicativos de violência direta, visto que as mensagens levam a práticas fora do ambiente online. Há relatos do uso das técnicas para ilicitudes como venda de drogas ilícitas e armas de fogo e encomendas de assassinatos (THOMAS, 2016).

Toda a atuação inicial dos criminosos passou despercebida pela mídia. O contato dos jornalistas com o conteúdo foi realizado primariamente por meio de entrevistas com autoridades. Só houve checagem direta dos fatos por meio da exploração das mensagens privadas trocadas entre grupos de indivíduos no Facebook. Observa-se ainda como não seria isolado o exemplo de como o jornalismo carece de percepção dos fatos de potencial noticioso que circularam no abaixo do radar. Um dos textos de análise sobre a notícia, publicado no site da Veja, recorda de como criminosos usaram redes sociais para compartilhar imagens de agressões sexuais no Rio de Janeiro (VILICIC, 2016).

Nota-se como o contato dos jornalistas com as informações abaixo do radar dependeu da intermediação de autoridades policiais. A apuração no ambiente analógico levou ao ambiente digital. Observa-se atraso técnico para a atuação do jornalismo.

Por fim, acrescenta-se uma informação de bastidores, à qual os autores tiveram acesso⁶. Após a publicação da reportagem, representantes dos escritórios brasileiro e estadunidense do WhatsApp e do Facebook, que são de propriedade da mesma empresa (atualmente, no ano de 2023, chama-se Meta), pressionaram os jornalistas envolvidos na apuração, por e-mail e em visita presencial. A informação é relevante por possivelmente indicar como as chamadas Big Techs (apelido do grupo que reúne as maiores empresas da indústria da tecnologia dos Estados Unidos) se pretendem a atuar como únicos guardiões dos dados de seus usuários, achando que cabe a elas a delimitação do que pode ser visível ou invisível.

CASO 2: Marketing político abaixo do radar nas eleições de 2018

2a.: Contexto

217

Reportagens publicadas por Veja identificaram usos de *bots*, perfis falsos e congêneres para aumentar o destaque de candidatos à presidência brasileira, incluindo o depois eleito Jair Bolsonaro, em redes sociais. Os mesmos recursos foram utilizados para disseminar mensagens, como notícias falsas (LOPES, VILICIC, 2018a; VILICIC, 2018b). Apesar de as trocas comunicacionais ocorrerem em ambientes da internet visível, as operações obscuras que visam manipular as conversas se deram em processos na internet invisível. Usam-se, por exemplo, softwares que coordenam centenas de *bots*:

(...) durante o debate dos presidenciáveis da Band, Jair Bolsonaro virou trending topic no Twitter em países do Leste Europeu, na Alemanha, na Dinamarca (...) Será que Bolsonaro é tão conhecido nessas nações? Nada disso (...) A reportagem identificou o uso de bots (VILICIC, 2018, sem p.).

⁶ Como se mencionou anteriormente, o coautor deste artigo, é também jornalista, sendo que por nove anos (2010-2019) trabalhou como repórter e editor na revista e no site da Veja.

As ferramentas técnicas utilizadas passam despercebidas a sites de buscadores comerciais. Em muitos casos, o conteúdo é criptografado, ou seja, teoricamente acessível apenas ao dono da conta na rede social e à empresa proprietária da plataforma.

2b.: Interpretação

Notamos as características de público refratado às relações estabelecidas. Percebem-se elementos de transitoriedade (os perfis falsos eram até deletados, após serem utilizados); *descobertabilidade* (a ação coordenada é mantida fora da rede visível); *decodificabilidade* (com disputa entre as campanhas políticas para se ter algoritmos mais eficientes); *silosociabilidade* (o conteúdo visa nichos) (ABDIN, 2021).

Detecta-se violência estrutural e cultural, com intenção de agredir opositores. Principalmente entre o público dos silos que foram foco da campanha de marketing de Bolsonaro, imperam ataques de cunho excludente, como de teor misógino ou racista. Observação confirmada pelo relato de outros jornalistas que também cobriram ações políticas de partidários de Bolsonaro nas redes sociais, como exemplifica Patrícia Campos Mello, repórter da Folha de S. Paulo (CAMPOS MELLO, 2020).

218

Acrescenta-se que é temeroso que jornalistas, ao menos nos casos relatados de 2018, não demonstraram domínio de ferramentas tecnológicas capazes de apurar sobre as ações abaixo do radar. Os fatos chegaram à imprensa ou por meio de autoridades, ou por denúncias, ou por parcerias com *startups* desenvolvedoras de softwares (LOPES, VILICIC, 2018a; VILICIC, 2018b; CAMPOS MELLO, 2020; DA EMPOLI, 2019).

CASO 3: A tragédia em Suzano (2019)

3a.: Contexto

Em 13 de março de 2019, dois atiradores assassinaram oito pessoas e se suicidaram, em um ataque ao colégio onde estudaram, no caso midiaticamente conhecido como Massacre de Suzano. No primeiro dia de cobertura jornalística,

descobriu-se que ambos frequentavam fóruns de internet conhecidos como *chans*. Parte desses espaços estavam no abaixo do radar, não-indexados ao Google (VILICIC, 2019).

Os atiradores frequentavam os *chans* em busca de visibilidade (DECLERCQ, 2019). Há crítica, na própria imprensa, à dramatização do caso pela mídia, que teria concedido fama aos atiradores, sendo que era justamente essa celebridade que eles buscavam (VICENTE, 2019). Por isso, optamos por não identificá-los e nem dar maior evidência aos *chans*. Contudo, é importante ressaltar que, dias antes do Massacre de Suzano, sendo o último relato em 7 de março de 2019, os atiradores se manifestaram nos *chans*, indicando que executariam a matança. Inclusive, compartilharam retratos exibindo armas. Após o ataque ao colégio, frequentadores desses fóruns – sempre sob anonimato – celebraram o feito. Identificamos violência de teores estrutural, cultural e direta.

Jornalistas perceberam com atraso as ameaças e atividades violentas ocorridas no abaixo do radar (aqui personificado nos *chans*). Vale nos perguntarmos: “Se centenas de garotos se reunissem em um galpão na cidade de Suzano para incentivar atiradores a matar crianças, passaria despercebido?”. O ambiente da rede invisível permite o anonimato e, pelo ponto de vista midiático, o desaparecimento. Repórteres só atentaram à violência após as agressões extrapolarem as fronteiras do digital.

3b.: Interpretação

Prolongamos a análise com a identificação da audiência dos *chans*. O público, majoritariamente de homens brancos e que se declaram heterossexuais (VICENTE, 2019), pode ser qualificado como “refratado”. Observam-se as características de transitoriedade, *descobertabilidade*, *decodificabilidade* e *silosociabilidade*. A dinâmica de relações se alinha com a do público refratado, sendo focada no nicho dos *chans*. Observa-se ainda cunho bélico, em que se deturpam contextos e se dissemina ódio.

Os frequentadores desses fóruns usam ferramentas como o navegador Tor e VPNs (*virtual private networks*, na sigla em inglês para "redes virtuais privadas") para o acesso. Os mesmos recursos utilizados pelos jornalistas que apuraram as reportagens

destacadas. Todavia, esses mesmos jornalistas só tiveram acesso tardio às mensagens. Isso porque a violência que ocorria abaixo do radar só despertou atenção da mídia após a extrapolação trágica para o off-line. Os jornalistas souberam das atividades nos *chans* em entrevistas com conhecidos dos atiradores, e houve confirmações posteriores com autoridades policiais e com apuração direta nos *chans*. Ou seja, mais evidências de que a imprensa foi despertada tardiamente diante do fato, que já estava transcorrendo na internet situada em região abaixo do alcance e da capacidade do radar midiático.

CASO 4: Como o Facebook monitora o abaixo do radar (2019)

4a.: Contexto

Reportagens da Veja relataram visita a um prédio alugado pelo Facebook em Barcelona, no qual haviam 800 “revisores de conteúdo” — funcionários terceirizados que monitoram se os usuários infringem as regras que orientam a publicação de posts. Nos termos propostos neste artigo, o que esses profissionais fazem é avaliar conteúdos que circulam pela área invisível da rede. Mesmo que esses arquivos estejam nos servidores do próprio Facebook, eles passam indetectados por buscadores tradicionais, como a ferramenta de busca do mesmo Facebook. Isso porque as relações de comunicação online acontecem de forma privada, protegida por criptografia. Nem os funcionários do Facebook têm acesso direto às informações (VILICIC, 2019):

Os soldados de carne e osso entram no front quando uma tropa virtual — formada por algoritmos de inteligência artificial (...) não consegue decidir por si só o que fazer com uma postagem suspeita (...) a IA apresenta o problema aos humanos por meio de um programa desenvolvido pelo Facebook que detalha o post em xeque e exibe uma coluna repleta de opções para que o funcionário assinale o motivo pelo qual o conteúdo deve ou não ser removido (AUTOR, 2019).

O texto destaca exemplos de conteúdos que são detectados pelo algoritmo. Tanto casos mais raros, como quando, em março de 2019, uma transmissão ao vivo no Facebook foi feita por um terrorista em ataques a duas mesquitas na Nova Zelândia,

quanto questões até rotineiras, como tráfico de drogas. Nota-se, porém, que mesmo o algoritmo não consegue rastrear todos os dados criptografados. O índice de acerto seria:

mais de 96% de tudo o que é irregular em áreas que define como ‘atividade sexual entre adultos’ (com 96,8% de assertividade), ‘conteúdo violento’ (98,9%), ‘pedofilia e exploração sexual’ (99,2%), ‘propaganda terrorista’ (99,3%), ‘perfil falso’ (99,8%) e ‘spam’ (99,9%). Por outro lado, a rede não é tão eficiente na batalha contra ‘comércio de armas de fogo’ (69,9%), ‘discurso de ódio’ (65,4%) e ‘ameaças e bullying’ (14,1%) (AUTOR, 2019, sem p.).

Isso também quer dizer que uma grande quantidade de conteúdos passa de forma invisível – pelo conceito aqui adotado (BERGMAN, 2001) – até mesmo para a IA do próprio Facebook. Por fim, a apuração do jornalista pode ser considerada de cunho ainda mais indireto: as informações lhe foram passadas por representantes do Facebook, após a peneira primária do algoritmo.

4b.: Interpretação

Nota-se um relato da evolução da inteligência artificial:

221

Até 2015 a IA da rede detectava apenas spams e perfis falsos. Entre aquele ano e 2017, o Facebook passou a monitorar também imagens de nudez e de violência. De lá para cá (...) desenvolveram-se, então, formas para identificar mensagens que contenham discurso de ódio ou remetam a agressões a crianças, por exemplo (AUTOR, 2019, sem p.).

Abre-se assim a premissa de que as características específicas do que é um conteúdo localizado no abaixo do radar da internet podem se alterar conforme a evolução dos aparelhos tecnológicos. Todavia, persiste a definição ampla de abaixo do radar, assim como da atuação de investigadores no abaixo do radar.

Os sujeitos das trocas comunicacionais estabelecidas no que passa abaixo do radar no Facebook também correspondem aos elementos de um público refratado. Vê-se transitoriedade, pois a maior parte do conteúdo é criada para ser vista por poucos e por poucas vezes. Afinal, os posts originais tinham como alvo (tirando raríssimas exceções,

a exemplo da transmissão ao vivo de ataques terroristas) audiências de nicho, a exemplo de grupos privados nos quais se realizavam negociações ilegais.

Em somatória, observa-se o conteúdo por sua característica de *descobertabilidade*, já que os dados não-indexados passam, via de regra, despercebidos pela audiência majoritária. Assim como há evidências de *decodificabilidade* (as mensagens privadas trocadas entre os usuários do Facebook são criptografadas) e *silosociabilidade* (o conteúdo é destinado a silos). Em acréscimo, especifica-se o cunho violento, segundo preceitos de Galtung que ressignificam o que é "violência" pelas perspectivas mais contemporâneas (1969; 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos identificar conteúdos do abaixo do radar da internet para caracterizar a comunicação que ocorre no ambiente online. De forma específica, observamos uma seleção de cobertura jornalística brasileira de eventos de violência que tiveram, como cenário e meio, plataformas situadas no abaixo do radar.

222

Quando se reflete sobre o fenômeno da midiatização – “articulação estrutural da mídia com organizações” (SODRÉ, 2021, loc. 93) –, há tendência a pressupor que nada no ambiente online escaparia às mídias. Indicamos aqui que tal afirmação está longe da verdade. A rede invisível tem como princípios a obscuridade, a transitoriedade e o fechamento do processo comunicacional em grupos restritos (ABDIN, 2021).

O que escapa ao radar do jornalismo? Os estudos de casos levantaram pressupostos acerca de carências técnicas e metodológicas. Partimos das definições flusserianas para “aparelho”, “código”, “informar”, “instrumento”, “máquina” e “*scanning*” (FLUSSER, 2011). Observamos, assim, como repórteres carecem de aparelhos, instrumentos, códigos e máquinas apropriados para atuar no ambiente abaixo do radar, o que limita as capacidades de *scanning* e de informar. Nos casos estudados, nota-se alta dependência para com ferramentas comerciais, como o Google, capazes de conceder acesso tão-somente aos dados indexados. Por efeito, acaba-se por desprezar a

maior parte da informação disseminada no ambiente virtual. Cabe perguntar se e como as limitações técnicas e metodológicas prejudicam a circulação de notícias.

Uma das consequências prováveis é o uso de aparelhos, que também escapam ao jornalismo, por criminosos (THOMAS, 2016), terroristas (AUTOR, 2019) e políticos seguidores de ideologias extremistas (DA EMPOLI, 2019). Como exemplo, as manobras políticas de correligionários do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que utilizam da modulação algorítmica para reforçar “ações profissionalmente estruturadas para um espalhamento massivo” de conteúdos (AUTOR, 2022, p. 13). Ou ainda, como demonstra o estudo do caso do Massacre de Suzano, estimulam-se “condições sociotécnicas para a formação de clusters ideológicos nos quais se compartilha o mesmo ponto de vista, aprimorado por bolhas algorítmicas” (Idem Ibidem, 2022, p. 2). Vale observar que nos ambientes bélicos do abaixo do radar ocorrem, inclusive, ameaças à prática do jornalismo (VICENTE, 2019; CAMPOS MELO, 2020).

Frente aos pressupostos colocados, que podem levar à formulação de hipóteses e modelos para o entendimento das dinâmicas comunicacionais online e a indagações acerca da *práxis* do jornalismo, sugerimos prolongamentos do estudo. Vê-se a possibilidade de ouvir depoimentos de jornalistas envolvidos na apuração de eventos ocorridos na internet abaixo do radar. Também se sugere maior compilação de estudos de casos. Interessante seria ainda uma historiografia, em busca de rastrear se as fragilidades para detectar informações tecnicamente abaixo do radar é um elemento prévio do jornalismo. Por fim, espera-se que caminhos sejam abertos para experimentações com métodos e técnicas que possam possibilitar formas de repórteres apurarem na internet profunda, ampliando o potencial do radar das investigações jornalísticas. Preocupação que deveria, como vimos, ser constante, caso se queira acompanhar o ritmo de progresso e atualização das tecnicidades digitais.

Referências

- ABDIN, Crystal. **From “Networked Publics” to “Refracted Publics”: A Companion Framework for Researching “Below the Radar” Studies**. *Social Media + Society*, 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305120984458>. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- BERGMAN, Michael K.. **White Paper: The Deep Web: Surfacing Hidden Value**. JEP, 2001.
- CAMPOS MELO, P.. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Ebook.
- DA EMPOLI, G.. **Os Engenheiros do Caos**. São Paulo: Autêntica, 2019. Ebook.
- DECLERCQ, Marie. Nos chans, se celebra o massacre na escola de Suzano. **Vice.com**, 13 de março de 2019. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/qvya87/nos-chans-ja-se-celebra-o-massacre-na-escola-de-suzano>. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Annablume, 2011.
- GALTUNG, J.. **Violence, Peace, and Peace Research**. *Journal of Peace Research*, Vol. 6, No. 3 (1969), pp. 167-191.
- GALTUNG, J.. **Cultural Violence**. *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3 (Agosto, 1990), pp. 291-305.
- HAN, Byung-Chul. **No Enxame**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LOPES, André; AUTOR, Filipe. Bolsonaro, Ciro e táticas (sujas) da campanha na internet. **Veja.com**, 10 de agosto de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/a-origem-dos-bytes/bolsonaro-ciro-e-taticas-sujas-da-campanha-na-internet/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- RAMOS, D. O. **A VIOLÊNCIA CULTURAL CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL: uma proposta de tipologia e análise do período 2020-2021**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do 31o Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA. 06 a 10 de junho de 2022.
- MATZNER, T. **Algorithms as complementary abstractions**. *New Media & Society*, 16 de fevereiro de 2022.
- SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: Mídia, iliberalismo e finanças**. Petrópolis: Vozes, 2021.

THOMAS, Jennifer A.. Redes marginais: o submundo do Facebook, do WhatsApp e do Youtube. **Veja.com**, 26 de maio de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/redes-marginais-o-submundo-do-facebook-do-whatsapp-e-do-youtube/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VICENTE, João P.. PARABÉNS, IMPRENSA: VOCÊS DERAM A NOTORIEDADE QUE OS ATIRADORES DE SUZANO QUERIAM. **The Intercept Brasil**, 14 de março de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/03/14/massacre-suzano-imprensa/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VILICIC, F. (2018a). Bolsonaro: como funciona o disparo de mensagens via WhatsApp. **Veja.com**, 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/a-origem-dos-bytes/bolsonaro-como-funciona-disparo-mensagens-via-whatsapp/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VILICIC, F. (2018b). PT, a compra de “eleitores-influenciadores” e o jogo sujo na internet. **Veja.com**, 28 de agosto de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/a-origem-dos-bytes/pt-a-compra-de-eleitores-influenciadores-e-o-jogo-sujo-na-internet/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VILICIC, F. Eles vigiam o seu Facebook. **Veja.com**, 7 de junho de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/eles-vigiam-o-seu-facebook/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VILICIC, F. Ouça áudio de WhatsApp de criminosos incentivando o assassinato de policiais. **Veja.com**, 30 de maio de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/a-origem-dos-bytes/ouca-audio-de-whatsapp-de-criminosos-incentivando-o-assassinato-de-policiais/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.